

AS LUCERNAS ROMANAS NO OCIDENTE

Carlos Pereira

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
Museo de Cáceres

Resumo

A contínua investigação desenvolvida ao longo dos últimos anos, sobre lucernas romanas, permite traçar um panorama evolutivo destes artefactos (séc. II a.C. a VI d.C.). Esta evolução, contudo, não está ausente de interrogações para as quais não temos ainda respostas definitivas. Ao longo deste trabalho, expomos algumas dessas questões que pretendem delinear prováveis causas e efeitos para fenómenos de continuidade e ruptura averiguadas nessa evolução.

Palavras-chave – Lucernas romanas; *Ossonoba*; Comércio; Produção; Cristianismo.

Abstract

The continuous investigation developed in the last years, on roman lamps, allow us tracing an evolution of these artefacts (from II century BC to VI AD). However, this evolution is not absent from interrogations for which we don't have yet definitive answers. In this paper, we present some of these questions that intend to outline probable causes and effects to this

phenomena of continuity and rupture revealed in his evolution.

Key-Words – Roman lamps; *Ossonoba*; Trading; Production; Christianity.

1. Introdução

Durante bastante tempo as lucernas foram consideradas autênticos “fósseis-directores” na disciplina da Arqueologia. Eram frequentemente utilizadas como “elemento datante” dos estratos onde eram encontradas, situação que alentou a elaboração de uma ampla bibliografia sobre estes artefactos.

Todavia a atenção que receberam não foi originada apenas por esse motivo. As lucernas são artefactos esteticamente apelativos, com representações bastante pormenorizadas e temáticas variadas da Antiguidade. Geralmente, no disco ostentam figurações de divindades, de personagens históricas, de cenas do dia-a-dia ou de fauna e de flora da época. Estas representações foram, juntamente com a presença frequente da marca do fabricante, na base, os principais elementos que justificaram a elaboração de abundantes trabalhos científicos e académicos, sendo pioneiro o de Heinrich Dressel (1899).

Mas o protagonismo que estes materiais tiveram até meados da segunda metade do século passado contrasta com o estado actual do conhecimento. Podemos mesmo afirmar que a situação se inverteu. Por outras palavras, as lucernas romanas perderam o estatuto de “fóssil-director”, em que auxiliavam a datação de outros materiais e de contextos arqueológicos, dependendo agora elas próprias de outros materiais para serem datadas, como é o caso da *terra sigillata*. Esta realidade ficou bem documentada no recente estudo do conjunto de lucernas de Monte Molião, em Lagos (Pereira e Arruda, 2016).

Os motivos que parecem estar na base desta míngua de relevância são vários, mas todos contribuíram de igual forma para um quase estagnar do conhecimento acerca das lucernas romanas, pontualmente contrariados por estudos concretos. É um facto que o empenho aplicado a estudos sobre a produção e comércio de outros materiais, que conviveram com as lucernas romanas (sobretudo entre os séculos I a.C. e VII d.C.), lhes permitiu superar a relevância que detinham as lucernas. Com efeito, e a título de exemplo, os intervalos de tempo conseguidos para a maioria das peças de *terra sigillata* ou da cerâmica campaniense são cada vez mais reduzidos,

contrariamente ao das lucernas.

Deve ser admitido, em favor das cerâmicas de iluminação, que as lucernas eram facilmente substituídas por outras técnicas de iluminação ou pela adaptação a uma vida regida maioritariamente pela luz solar (Pereira, 2014a, p. 52). Por outro lado, se não era obrigatória a presença de lucernas em cada casa na Antiguidade, quando presentes, deveriam resistir durante mais tempo, sobretudo se não fossem utilizadas diariamente.

Mas não devemos atribuir a essas conjecturas os motivos que estão na base do estagnar do conhecimento lychnológico. A maioria dos trabalhos científicos do século passado deu particular atenção à morfologia (Walters, 1914; Deneauve, 1969), à iconografia (Deonna, 1927) e à epigrafia (Balil, 1968; Bonnet, 1988) das lucernas, esquecendo-se outras análises, sobretudo aquelas relacionadas com a origem, produção, comércio e consumo. No fundo, é possível afirmar que as lucernas eram consideradas pequenos objectos de arte, deixando-se em segundo plano o facto de que também forneciam dados importantes acerca da sua produção e comércio, que, no fundo, são os que permitem afinar as cronologias de cada tipo.

Embora a evolução dos estudos sobre as lucernas romanas não tenha evoluído, acompanhando o de outras categorias cerâmicas, deve admitir-se que é tarefa árdua realizar estudos sobre a economia ou consumo desses materiais na Antiguidade (Harris, 1980). Para que isso seja possível e para que possamos afinar as datações das lucernas, devemos conhecer os locais onde estas foram fabricadas. Somente uma análise comparativa entre os centros de produção e os de consumo, auxiliada pelos contextos de naufrágios, poderá afinar cronologias e esclarecer algumas questões relacionadas com a indústria e o comércio das lucernas.

Nas últimas décadas têm-se retomado os estudos sobre lucernas romanas, agora mais centrados nessas temáticas. Todavia, é evidente que os centros produtores de lucernas em época romana não facilitam tal labor. Ao contrário de outras cerâmicas, raros são os contextos de produção escavados que estavam destinados exclusivamente ao fabrico de lucernas, sendo estas produzidas juntamente com cerâmicas comuns de mesa (Bertrand et al., 1997) e até cerâmicas de construção. Por outro lado, quando se documentam contextos de produção dedicados unicamente ao fabrico de lucernas, reparamos que estes se podem encontrar em plenos centros urbanos, de âmbito doméstico, como aconteceu em Sevilha (Vázquez Paz, 2012), situação que dificulta consideravelmente o seu registo e a sua compreensão.

Soma-se a estes inconvenientes, a falta de divulgação, ou revisão, de

muitos conjuntos lucernários de fundos de museus ou de escavações antigas. O desconhecimento desses conjuntos, por parte da comunidade científica, impossibilita a realização de estudos com uma leitura de amplitude e, quando realizados, potenciam resultados que podem estar desfasados da realidade. É sempre importante saber qual a disseminação que logrou determinada produção de lucernas para, através desses mapas de dispersão, experimentar justificações que determinem o seu sucesso ou insucesso.

Felizmente, e ainda que tenhamos dado um panorama desalentador, exposto de uma forma exageradamente abreviada, a descoberta de cada vez mais contextos de produção, de vestígios que permitem defender o fabrico de lucernas e a divulgação de conjuntos até agora inéditos, tem permitido nas últimas décadas desenvolver estudos mais ou menos monográficos acerca da produção, comércio e distribuição das lucernas romanas.

O Algarve, embora não se tenha assumido, durante a época romana, como uma região onde o fabrico de lucernas se fez sentir de forma contundente, desde cedo importou estes artefactos. *Ossonoba*, gozando do facto de ser uma cidade costeira e portuária, acompanhou os ritmos comerciais da época e, seguramente, fez uso da sua estratégica posição para redistribuir muitos dos produtos importados pelas regiões e comunidades mais próximas. Nas linhas seguintes descreveremos sinteticamente a evolução do comércio e o consumo de lucernas no Algarve, com especial incidência no caso ossonobense, expondo dados, colocando interrogações e sugerindo leituras que nos permitam conhecer a sua origem, as rotas e a economia das comunidades do Algarve durante a época romana, concretamente entre os séculos II a.C. e V d.C.

2. Comércio e Consumo

2.1 As primeiras importações durante a etapa romano-republicana

Inspiradas nos protótipos de iluminação gregos, as lucernas romanas foram um dos materiais que mais se consumiu após a viragem da Era. Todavia, a sua introdução na Península Ibérica é anterior a esse momento. Com a chegada das legiões romanas a Ampúrias (218 a.C.), teve início um lento, mas progressivo processo de aculturação das comunidades que habitavam na Península Ibérica.

Como tal, numa primeira fase, as lucernas, assim como outros materiais

oriundos da Península Itálica, estavam sobretudo associadas aos exércitos, que consumiam e/ou transportavam consigo os produtos romanos (Morillo Cerdán e Salido Domínguez, 2010; Salido Domínguez, 2013). Porém, mesmo nos contextos militares, como é o caso dos acampamentos, as lucernas representam uma pequena percentagem dos produtos consumidos. O acampamento romano de Cáceres el Viejo, localizado nos arredores da actual cidade de Cáceres (Ulbert, 1984), é uma das poucas excepções, contando com um volume de lucernas considerável, a maioria das quais produzidas localmente (Fig. 1).

Não devemos estranhar a existência de produções locais/regionais associadas a acampamentos militares, uma vez que, geralmente, se desenvolvia uma relação de dependência entre produtores/mercadores, que acompanhavam os exércitos e legiões, com estes. Não obstante, neste período, que podemos considerar entre a chegada das primeiras legiões e o final do século II a.C., o panorama não é simples. Esta situação que descrevemos pode ser constatada em contextos de acampamentos militares permanentes ou semipermanentes, nos quais a prolongada estada no mesmo local permitia o acesso a redes de abastecimento previamente estabelecidas e seguras. Todavia, a cultura material existente em acampamentos temporários, como são os de campanha (Noguera Guillén, 2008) ou pernoita, pode ser diferente. Nestes, a constante insegurança e a elevada necessidade de mobilidade do exército obrigava a uma austeridade que limitava os artefactos que o exército utilizava.

Em território nacional, são de facto poucos os sítios que contam com um volume considerável de lucernas dessa época e, aqueles onde se podem encontrar, enquadram-se no momento final dessa fase. Esta situação deve-se a que as actividades militares e os conflitos bélicos ocorriam, particularmente, na parte oriental da Península Ibérica, transpondo-se o palco de guerra para a parte ocidental, especialmente, com as guerras lusitanas (155-139 a.C.).

Porém, não é apenas nos acampamentos que podemos encontrar cerâmicas de iluminação romanas. Também em núcleos habitacionais de precoce romanidade se podem identificar estes artefactos, situação que é



Fig. 1 – Lucerna de influência helenística do acampamento militar romano de Cáceres el Viejo, forma Ricci H (séc. I a.C.).

particularmente visível no Algarve. As comunidades meridionais, tiveram portanto, um acesso facilitado aos produtos genuinamente romanos, situação que pode ter sido potenciada quer pela tangente dessa área com rotas comerciais pré-existent, quer pela presença de agentes “romanizantes” que exigiam os produtos itálicos.

Porém, esta situação levanta algumas questões de relevante interesse, pois os exemplares mais antigos, encontrados até ao momento no Algarve, podem recuar, eventualmente, até ao final do século II a.C. (Pereira e Arruda, 2016, p. 161), enquanto em Lisboa foram identificados exemplares em contextos de cronologia ligeiramente anterior (Pimenta, 2005, p. 45). Embora admitindo que o panorama possa inverter-se, esta situação pode ser sintoma de que, com efeito, Roma estava mais preocupada com as reacções das acções dos Lusitanos, mais a Norte, do que com uma efectiva aculturação dos povos meridionais. Aliás, o Tejo parece representar um elemento primordial no desequilíbrio desses conflitos, pois correspondia a uma importante via de penetração, situação igualmente patente na existência de sítios de ocupação militar, como Chões de Alpompé (Ruivo, 1999; Fabião, 2004; Pimenta e Arruda, 2014) ou o Alto do Castelo (Kalb e Höch, 1988; Fabião, 2004), mas também na presença de alguns materiais contemporâneos aos de *Olisipo*, recolhidos nas escavações da Alcáçova de Santarém (Pereira, 2014a, p. 34).

Com efeito, a pacificidade que o Sul demonstrou, em contraposição aos povos lusitanos, está patente nesta preocupação em dirigir-se directamente ao interior ocidental, constituindo o Algarve, talvez, um entreposto de comércio, mas simultaneamente de apoio à introdução de militares e de abastecimento dos exércitos estacionados na frente que se opunha aos Lusitanos. Aliás, a importância de *Olisipo* no processo de ocupação do território foi já antes evidenciada (Pimenta, 2005; Fabião, 2014, p. 12), que, juntamente com os sítios antes mencionados, seguramente controlavam o trânsito fluvial do Tejo, situação que se terá mantido ainda durante os primeiros decénios do século I a.C.

Neste sentido, não parece despropositado pensar que, da mesma forma que existia uma relação de dependência directa com os acampamentos, talvez a mesma existisse entre estes e alguns sítios localizados nas redes de comércio que os abasteciam, onde, inevitavelmente, se acabariam por fixar agentes romanos. Foi neste contexto que as lucernas romanas acabaram por chegar ao ocidente peninsular no geral e ao Algarve, em concreto.

2.2. O auge durante momento alto-imperial

Conquanto durante o período Romano-Republicano se tenham consumido timidamente, após a viragem da Era acabariam por se converter em um elemento acessível à maioria, situação que foi fomentada pela introdução do molde bivalve no processo da sua produção e pela considerável inovação a que se assiste no fabrico da olaria em geral. De facto, além dessas inovações que facilitavam a reprodução das lucernas pelas oficinas hispânicas, os elevados custos de importação desde a península itálica, sobretudo para áreas interiores (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 291), o acesso a matéria-prima e a protótipos passíveis de serem imitados, incentivou o aparecimento de cada vez mais produções locais/regionais que imitavam os originais oriundos de Roma. Neste sentido, a província da Bética, com Cádiz enquanto núcleo central, desde cedo se assumiu como a principal área produtora de lucernas e, simultaneamente, exportadora para outras áreas, estabelecendo uma estreita relação económica com o Algarve.

O apreciável fabrico de lucernas que imitava e inclusivamente talvez inicialmente falsificasse as lucernas itálicas, potenciou o aparecimento das primeiras formas genuinamente hispânicas, como é o caso das lucernas de tipo Andújar ou das lucernas de tipo Riotinto-Aljustrel (Fig. 2). Esta situação demonstra duplamente que, por volta de meados do século I d.C., as lucernas romanas estavam já plenamente estabelecidas nas sociedades provinciais e que estas aceitavam formas diferenciadas dos protótipos originalmente itálicos, autênticos regionalismos identitários.

Assim, após o tímido consumo de lucernas romanas-republicanas, o consolidar das redes de comércio e o intensificar da produção lychnológica na Hispânia contribuíram decisivamente para a disseminação das cerâmicas de iluminação. O Algarve, embora incluído na província da Lusitânia, usufruiu da sua posição estratégica, litoral e de passagem às zonas setentrionais (Fabião, 2009), mantendo uma estreita relação com as oficinas do Sul



Fig. 2 – Lucerna da forma Riotinto-Aljustrel proveniente da necrópole da Rua das Alcaçarias, Faro (2ª metade do séc. I e II d.C.).

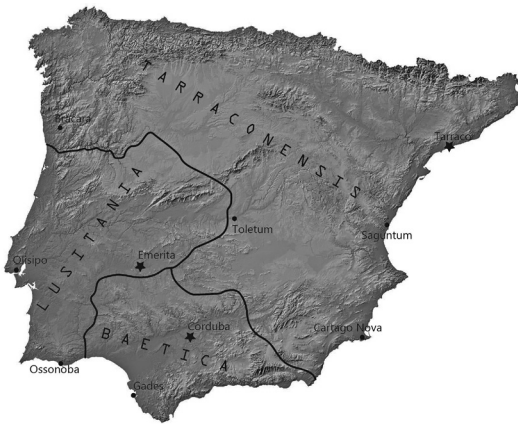


Fig. 3 – Províncias romanas da Hispânia durante o Alto-
Império, com indicação das respectivas capitais provinciais.

da província vizinha – a Bética (Fig. 3). Daí são oriundas a maioria das lucernas romanas, embora paulatinamente se identifiquem outras origens, mais longínquas, concretamente alguns exemplares importados da península itálica e surgindo timidamente as primeiras lucernas vindas do Norte de África. Igualmente raros são os exemplares produzidos local e/ou regionalmente.

A produção massiva da Bética permitiu-lhe assumir-se como a principal área de produção de

lucernas durante o Alto-Império (Pereira, 2012; 2014c, p. 194), apenas contrariada pelas oficinas que laboravam na área emeritense (Barrantes, 1977; Rodríguez Martín, 1996), mas que, ainda assim, alcançavam mercados claramente diferenciados do ponto de vista geográfico. Embora assumindo uma zona de contacto do comércio entre estas duas principais áreas produtoras, as evidências arqueológicas demonstram que as oficinas da Bética abasteciam sobretudo a área litoral e meridional, talvez até à Meseta Sul, enquanto as oficinas emeritenses abasteciam, sobretudo, daí para Norte e para Oeste. Sublinhamos, contudo, que este panorama simplista é, por vezes, contrariado por artefactos que alcançaram regiões que extravasam esses limites. Damos como exemplo as lucernas produzidas na área de Riotinto-Aljustrel, que chegaram ao Algarve (Pereira, 2014b, p. 121 e ss.; Pereira e Arruda, 2016), mas que igualmente alcançaram as populações que habitavam mais a Norte (Pereira, 2012, p. 336; Pereira, Cameijo e Marques, 2015, p. 77).

2.3. A crise do comércio lychnológico

Este panorama, de clara supremacia das produções hispânicas, sobretudo das béticas, que gozavam, sobretudo, de uma rede comercial marítima que lhes facilitava o escoamento dos produtos, manteve-se inalterado durante um considerável período de tempo, sensivelmente até meados do século III d.C., apenas contrariado por uma diminuída comercialização

de produtos com uma origem centro itálica, norte africana ou de fabrico regional. Porém, parece haver um momento em que a aquisição daqueles produtos começou a diminuir consideravelmente, sintoma de uma clara ruptura com os gostos até então revelados, entre outros motivos.

Já tivemos oportunidade de abordar este tema em outro trabalho (Pereira, 2014c, p. 196-200), mas parece importante repetir algumas problemáticas e expor algumas hipóteses. Desde logo é evidente que este não é um tema fácil. Delimitar cronologicamente o momento em que se dá a aparente quebra do consumo de lucernas no ocidente exige um amplo conhecimento dos conjuntos lychnológicos dos sítios de ocupação romana, além de que não podemos apontar uma única causa para esse fenómeno.

Evidentemente que deve ter-se em conta que a quebra de consumo é coincidente com a denominada “crise do século III d.C.”, período durante o qual se denota, segundo alguns autores clássicos (Dião Cásio, *História Romana*, Πρωταϊκή Ιστορία) uma crescente deterioração das condições de vida. De facto, o reinado de Marco Aurélio (161-180) representa, frequentemente, o momento de transição de um período de magnificência para outro de evidente retracção social e económica (Chic García, 2005), sentimento que se agravou mais ainda durante meados dessa centúria (Cipriano, *Ad Demetrianum*).

Conquanto estas condições não fossem novas para o império (Fernández Ubiña, 1982, p. 26), pela primeira vez eram consideradas preocupantes e sintoma de uma eventual e irremediável ruína. Todavia, outros motivos podem estar por detrás deste sentimento negativista. É, precisamente, neste momento que se intensificou a disputa de credos de que o Império vinha padecendo. De facto, a partir do final do século II d.C., o Cristianismo começou a conquistar cada vez mais eruditos que não reprimiam as suas contestações contra as heresias pagãs.

Ainda que não possamos negar a existência de um período de crise económica e social vivido durante o século III, o certo é que este fenómeno não se terá repercutido com a mesma intensidade em todo o Império. A título de exemplo, na província da Bética assiste-se inclusivamente a um incremento da economia durante os séculos III e IV d.C. (Fernández Ubiña, 1982, p. 26 e 110). Todavia, a partir de meados dessa centúria assiste-se a uma evidente diminuição da produção de lucernas no ocidente, precisamente aquelas que eram fabricadas naquela província.

Esta situação obriga a colocar algumas questões de difícil resposta, já que não é claro se foi a quebra da produção que se materializou nos sítios

onde as lucernas eram consumidas ou se, pelo contrário, foi a recusa pela compra de lucernas que ditou a falência deste produto. Se analisarmos as diferentes tipologias já estabelecidas para as lucernas, atendendo particularmente às que foram comercializadas no ocidente, reparamos que houve, de facto, um consumo massivo até ao final do século II d.C., mas que, a partir desse momento, a variedade de lucernas é menor e aparece sempre em quantidades reduzidas nos sítios arqueológicos com ocupação durante o século III d.C.



Fig. 4 – Lucerna “derivada de disco” de Alcácer do Sal (final do séc. III e início do séc. IV d.C.).

A presença limitada de peças tardias, por vezes correspondendo a claras hibridizações entre lucernas de formas diferentes, como é o caso da lucerna derivada de disco (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 296) (Fig. 4), pode ser considerada uma tentativa falhada das oficinas para agradar aos consumidores finais. Ainda que seja arriscado avançar com esta possibilidade, esta situação corresponderia a uma reacção das *figlinae* tentando agradar aos compradores, que se recusavam a adquirir as tradicionais lucernas. Se durante o século III se assiste a uma considerável redução do consumo lychnológico, o início do século IV marca um momento de evidente recusa a esses tradicionais produtos, sobretudo aqueles que ostentavam figurações pagãs.

Embora saibamos que o crescente avanço do Cristianismo obrigava à recusa de muito do que era considerado pagão, não devemos afirmar taxativamente que este é o motivo por detrás da crise do comércio de lucernas. Ainda assim, não podemos deixar de salientar a coincidência de um com o outro fenómeno. Podemos admitir que ambos começam a fazer-se sentir timidamente ainda durante o século III d.C. (Pereira, 2014c, p. 198-199), mas é a partir de início da centúria seguinte que se tornam bastante mais visíveis, ditando a crescente visibilidade de um, no registo arqueológico, a redução do outro.

Outros autores já haviam notado que as lucernas da série de disco permanecem até meados do século III d.C. (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 296). Por outro lado, repetimos que outras formas extravasam esse momento, mas são em menor número e de limitada variedade,

geralmente as lucernas derivadas de disco ou do tipo Dressel/Lamboglia 30. Devemos ainda ter em conta que estas lucernas não ostentam, geralmente, figurações pagãs, se não particularmente geométricas (Fig. 5).

Durante a primeira metade do século IV d.C. assistimos ainda ao aparecimento de uma considerável e disseminada quantidade de produções locais/regionais de âmbito doméstico. Muitas destas produções são, inclusive, imitações da forma Dressel/Lamboglia 30, a última importação a que as comunidades do ocidente tiveram acesso, ou variantes inéditas que irradiam desse mesmo tipo. Esta situação demonstra que o comércio lychnológico era, no Ocidente, limitado e que as comunidades preferiam fabricar as suas próprias lucernas do que adquirir as tradicionais.

Não parece despropositado afirmar, apoiando-nos no que foi já dito, que esta redução e negação do consumo de lucernas romanas se deveu, entre outros motivos, a uma evidente recusa de materiais que ostentavam motivos iconográficos, muitos deles, de propaganda pagã. Este fenómeno foi apenas mais uma atitude, entre outras, por parte do Cristianismo, em desvincular-se do paganismo que o havia perseguido. Além disso, reflectindo sobre a possibilidade de que a crise do século III d.C. não se fez sentir com a mesma intensidade em todas as províncias do Império e tendo em conta a continuidade comercial de outros produtos, não podemos acusar unicamente a crise económica enquanto fenómeno que causou a retracção do comércio lychnológico.

Seguramente que a expansão do Cristianismo teve influência neste fenómeno, sobretudo a partir de início do século IV, momento em que se incrementam ritos desta religião, como é o caso da colocação do jarro ao lado da cabeça de inumados (Fig. 6), rito relacionado com o baptismo (Saxer, 1989, p.



Fig. 5 – Lucerna da forma Dressel/Lamboglia 30B de Faro (proveniência desconhecida, 2ª met. do séc. III d.C.).



Fig. 6 – Jarro colocado ao lado da cabeça do cadáver, rito relacionado com o baptismo. Necrópole de São Cristóvão, Faro (fotografia de Miguel Barbosa).

173-205) e com a purificação de catecúmenos através da água (Giuntella, Borghetti e Stiaffini, 1985, p. 85). Refira-se ainda, a cada vez mais frequente existência de edifícios que podem ser relacionados com práticas cristãs (Pereira, 2015) e que evoluiriam para as bem conhecidas basílicas.

Sublinhe-se que não pretendemos afirmar que o consumo de lucernas desapareceu com o avanço do Cristianismo, apenas foi acompanhado por profundas transformações morfo-iconográficas que ocorreram em outra parte do império e que marcam um momento de transição de uma para outra série lychnológica completamente distinta.

2.4. O aparecimento de uma nova geração

Durante este período, no Norte de África, a produção de cerâmicas de iluminação parece manter-se nos mesmo registos que apresentava até então e, inclusive, expande a variedade de lucernas produzidas, iniciando um período de experimentação que pretendeu introduzir novos tipos no mercado. Consideramos que foi desta forma que surgiram as “lucernas tardo-antigas de produção africana” (Pereira, 2017), mais conhecidas como lucernas “paleocristãs”.

Embora possamos associar a evolução do Cristianismo, na Hispânia, com a “crise” verificada na produção e consumo de lucernas (Pereira, 2014c), no Norte de África tal registo não permite essa conjectura, parecendo, na verdade, que o Cristianismo foi a causa que potenciou esse período de experimentação. Se aceitarmos a tese de que a nova religião é introduzida na Península Ibérica pelo Sul (Blázquez Martinez, 1967, p. 30-50; Mateos Cruz, 2005, p. 49-52; Fernández Ubiña, 2007, p. 441-450), talvez as mudanças morfo-iconográficas das lucernas tardo-antigas possam ser consideradas enquanto indício da sua disseminação, pelo menos para a e na Hispânia. Além disso, esta situação demonstra que a análise das lucernas romanas, mesmo incidindo sobre as mesmas formas, não alcança as mesmas conclusões em cada parte do Império Romano. Exemplo disso são as causas e os efeitos que o Cristianismo teve na produção de lucernas no ocidente peninsular e no Norte de África.

A materialização daquela mudança substancial na morfologia e nos motivos decorativos representados foi progressiva (Pereira, 2017), situação que está perfeitamente atestada nos centros de produção, mas que, nos centros de consumo, pode fazer transparecer diferenças cronológicas e

até ausências, consoante a região em análise, como é o caso do ocidente peninsular. Seguramente que os locais litorais, mais favoráveis a intercâmbios comerciais marítimos e directamente expostos aos produtos africanos, foram prematuramente consumidores das lucernas tardo-antigas de produção africana. Mas mais que uma mudança estética das lucernas, esta mudança delata, sem dúvida, uma evidente transformação da maioria da sociedade da época, que agora valoriza outros produtos e outras decorações em detrimento das tradicionais, comercializadas durante mais de três séculos.

O século IV d.C. foi o momento em que apareceram pormenores até então inéditos nas lucernas romanas e que se vão manter nas peças tardo-antigas de *terra sigillata*, referimo-nos particularmente à introdução de decorações lineares no disco e ao aparecimento das asas maciças.

Além disso, a iconografia estampada nas “lucernas de tradição antiga” do século IV d.C. (Bonifay, 2004, p. 343-353), as quais coexistiram com as de *terra sigillata*, mantém, em certa medida, a decoração das lucernas tradicionais, embora possamos observar um evidente incremento de representações geométricas em detrimento das figurativas, assim como uma considerável redução de figurações que expõem temas relacionados com a mitologia ou com o quotidiano. Ainda que não possamos atribuir a este momento a grande mudança de repertórios iconográficos, intui-se já uma considerável variação no gosto dos consumidores.

Certo é que no Norte de África, em final do século IV ou início do V d.C., as lucernas em *terra sigillata* haviam substituído por completo as lucernas tardias da série de disco. Tal como foi apontado para o tolher do comércio das produções hispânicas, surge novamente a questão de quais os motivos que estão por detrás desta mudança, foi a produção que influenciou o consumo de um novo produto ou foi a renúncia aos tradicionais que justificou o fabrico das lucernas de *terra sigillata*?

Como referimos já, este tipo corresponde à última grande série de lucernas romanas de produção africana, coincidente com os fabricos C e D de *terra sigillata*. Geralmente apresentam o corpo ovóide de grandes dimensões e de perfil troncocónico (Fig. 7). O bico é alongado e de forma arredondada unida ao disco por um amplo canal. O disco é reduzido e côncavo, frequentemente decorado (Morillo Cerdán, 1999, p. 146-147). A orla, ampla, horizontal ou ligeiramente convexa, apresenta habitualmente decoração, sendo esta um dos elementos determinantes para estabelecer a variante tipológica a que pertence a peça. As asas são maciças e projectadas para



Fig. 7 – Lucerna da forma Atlante VIII A, Bonifay 44-C de Faro (proveniência desconhecida, final do séc. IV e 1ª met. do séc. V d.C.).

trás. A base é plana ou anelar e não é frequente ostentar marca de oleiro, mas quando presente este resume-se a monogramas, letras isoladas ou combinações de duas ou mais letras (Balil, 1969).

A pasta e o verniz constituem um dos aspectos mais característicos destas lucernas. A pasta é geralmente dura e muito bem depurada, de cor avermelhada ou vermelha alaranjada, enquanto o engobe, denso e brilhante, adopta uma tonalidade alaranjada ou cor de tijolo. O trabalho de Michel Bonifay é, na nossa opinião, aquele que melhor expõe as características destas pastas, associando cada uma delas a *figlinae* específicas que fabricaram

simultaneamente recipientes de *terra sigillata* C e D e lucernas.

A informação que estes materiais nos fornece indica, portanto, que a produção e consumo foi contínua no Norte de África, embora com evidentes transformações, mas que na Hispânia terá sofrido uma provável interrupção. Parece pois, haver um momento em que os produtos, até então consumidos, não são acolhidos e os norte africanos ainda não lograram a transformação necessária a uma aceitação que permita uma produção e exportação em quantidade. Isso fez com que o comércio de lucernas hispânicas, durante a segunda metade do século III d.C., estivesse em evidente decadência, situação apenas contrariada pelo consumo de lucernas de tipo Dressel 30 (Morais, 2005, I: p. 340, nº 142; II: p. 423, nº 14; Lobato, 1995, p. 66 - 67; Belchior, 1969, est. XXIII, fig. 1 e 2; Quaresma, 2013, p. 228; Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 51, fig. 7; Almeida e Carvalho, 2005, p. 314 - 319; Gamito, 1992, p. 113) e outras de produção local/regional.

O registo arqueológico demonstra ainda que, até à introdução dos tipos tardo-antigos de produção africana, existe um incremento de pequenas produções domésticas disseminadas pelo território (Pereira, 2014c) que fabricavam exemplares de morfologia atípica ou procuravam imitar os exemplares da forma 30 de Dressel/Lamboglia e que, provavelmente, se destinavam, sobretudo, ao autoconsumo.

No entanto, o registo de consumo de lucernas pode, e deverá ser, contrastante mediante o contexto. Por outras palavras, a partir de final do século III d.C. e início da centúria seguinte a rede de povoamento sofreu

evidentes mudanças (Martín González, 2011; García Vargas et al., 2013, p. 376-379), das quais importa sublinhar uma maior dispersão da população e incremento de sítios rurais, geralmente associados a uma deterioração das condições de vida. Independentemente das causas desta dispersão (Martín González, 2011, p. 176), parece-nos evidente que deu um importante contributo para a quebra da produção e consumo de lucernas. Por outro lado, devemos ter em conta que o interior do território sempre demonstrou uma maior dificuldade em adquirir produtos importados, o que fomentou o aparecimento de pequenas produções lychnológicas com formas próprias (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008).

Além de este ser um momento de evidente complexidade populacional, também a convulsão social e religiosa deu um importante contributo nesse sentido. No mesmo aglomerado urbano a informação pode ser contraditória consoante o contexto, pois as comunidades cristãs eram frequentemente proscritas para os arredores, onde viviam e morriam segundo os costumes que apregoavam. Esta realidade é particularmente visível nas necrópoles suburbanas, mais humildes, transparecendo uma evidente renúncia aos produtos quotidianos. Por outro lado, nas áreas urbanas residiam as elites, onde continuavam a ostentar símbolos de riqueza e de poder. *Ossonoba* (Faro) é um evidente exemplo que espelha bem esta realidade no registo arqueológico (Pereira, 2014b, p. 277 e ss.).

Talvez esta situação justifique a raridade, no Ocidente hispânico, de exemplares lychnológicos africanos produzidos durante a segunda metade do século III e, sobretudo, durante o IV d.C., além do evidente hiato que se deve ter em conta entre origem/produção e destino/consumo. Por outro lado, as lucernas tardo-antigas de produção africana dos tipos VIII e X de Atlante, os primeiros tipos a ser abundantemente exportados, somente se vulgarizam a partir de meados da segunda metade do século IV e início da centúria seguinte, exibindo já motivos claramente cristãos.

3. Reflexões

A Arqueologia depende obrigatoriamente do estudo das cerâmicas. São a ferramenta primordial na qual o ceramólogo se pode apoiar para construir um discurso historiográfico coerente. Todavia, a análise do “caco pelo caco” não é suficiente para que possamos conhecer aprofundadamente o nosso passado. Este é um bom exemplo de como leituras mais generalistas,

apoiando-se nos estudos entretanto realizados, nos transmitem informações que, de outra forma, não seriam passíveis de ser intuídas, ou pelo menos demonstradas.

No caso concreto das lucernas, embora admitindo que a sua evolução nem sempre permite leituras concisas, avançamos algumas considerações que pretendem inovar o entendimento do seu comércio e consumo. Como a maioria das categorias cerâmicas, as lucernas romanas denunciam uma génese fortemente influenciada pelos seus antecedentes helenísticos, um apogeu e uma decadência ditada por factores vários.

O Alto-Império é o momento em que as lucernas alcançam o apogeu, demonstrado pela sua extrema abundância no registo arqueológico. A rápida imitação dos exemplares itálicos pelas oficinas hispânicas, assumindo-se a província da Bética como a principal produtora, seguida pelo fabrico de lucernas originalmente hispânicas, contribuiu de forma decisiva para a proliferação destes artefactos.

Os aglomerados do Algarve foram alguns dos que rapidamente se assumiram como principais consumidores dos produtos fabricados na área espanhola da Andaluzia, quer das lucernas que imitavam os originais itálicos quer das lucernas de morfologia genuinamente hispânicas (lucernas de tipo Andújar e de tipo Riotinto-Aljustrel). A esmagadora maioria de lucernas que hoje se encontra nos sítios arqueológicos algarvios foram, com efeito, importadas daquela área, embora por vezes contrariada pela presença pontual de importações itálicas (da zona da Lácio, da Campânia e da Ligúria) e produções locais/regionais (Pereira, 2014c, p. 201).

O século III d.C., como vimos, representa um momento de evidente mudança no comércio de lucernas. Embora este fenómeno seja visível no registo arqueológico da maioria dos sítios, não é fácil apontar o momento concreto em que o mercado destes materiais se começa a ressentir, da mesma forma que não é fácil nomear as causas que motivaram essa quebra. Sublinhamos que as propostas avançadas não se devem tomar como as correctas, nem correspondem a respostas incontestáveis, pretendem apenas obrigar à meditação sobre uma realidade que com frequência não é abordada.

Até ao século III o Cristianismo avançou muito subtilmente, travado por atitudes que pretendiam, a partir do momento em que o novo credo foi visto como uma ameaça, controlar a sua rápida disseminação. Mas se até aí eram, sobretudo, os pobres, os escravos ou os indigentes que viam a nova religião como um refúgio, a partir do momento em que cidadãos

influentes, proprietários e administradores começaram a ser igualmente conquistados, o Cristianismo ganhou outra visibilidade.

Esta realidade é, aparentemente, coincidente com a quebra no comércio das lucernas romanas. Não é desconhecido que a sociedade, com o avanço do Cristianismo, adoptou as suas máximas, nomeadamente a simplicidade na vida e na morte e a recusa pela ostentação de objectos e acções pagãs. Porém, estas transformações não são repentinas, arrastando-se por um longo período de tempo, o que justifica o facto de não ser possível apontar o momento concreto em que se deram as mudanças, quer as da sociedade quer as do comércio de lucernas. Não é claro, portanto, que a aparente recusa em adquirir lucernas, particularmente durante a segunda metade do século III d.C., se deva à crescente consolidação da nova religião.

A recusa a estes artefactos começa a ser evidente a partir de início do século IV, quando a sociedade deixa de ser maioritariamente "*cultus deorum*" para passar a ser "*cultus dei*", e durante o qual se constata factos claramente relacionados com o Cristianismo, é o caso do aparecimentos dos mausoléus constantinianos (Pereira, 2015), o abandono de materiais considerados pagãos, a evangelização de espaços que haviam recebido imolações ou a desvinculação de espaços funerários pagãos, ainda que este evento seja mais tardio.

Mesmo admitindo que a religião monoteísta possa ter sido introduzida ainda durante o século III d.C., a adesão por parte dos cidadãos não deveria representar algo transcendental que transformasse os seus hábitos de vida (Fernández Ubiña, 2007, p. 444). Esta situação pode justificar o facto de que as lucernas tardo-antigas tenham sido particularmente importadas somente a partir da centúria seguinte, não justificando, todavia, a quebra das grandes produções hispânicas décadas antes. Parece pois evidente que não devemos procurar somente uma causa para as profundas alterações da produção de lucernas a que assistimos durante os séculos III e IV d.C., devendo-se ter igualmente em consideração a instabilidade política e social que se vivia, assim como as mudanças da rede de povoamento e o deteriorar das condições de vida.

Tais alterações não se verificam apenas nos repertórios morfológicos, também assistimos a profundas mudanças dos relevos estampados nos discos das lucernas tardo-antigas de produção africana. As complexas figuras mitológicas ou do quotidiano dão lugar a cenas maioritariamente geométricas, vegetalistas ou figuras de animais. No entanto, os motivos que mais se fazem representar nesta série são as figuras e símbolos cristãos



Fig. 8 – Lucerna “tardo-antiga de produção africana” (paleocristã) com representação do crismón (Bonifay, 2004, p. 379).

(Fig. 8), é o caso do crismón ou da cruz monogramática (Morillo Cerdán, 1999, p. 147). A nova série desvincula-se, assim, dos seus antecedentes, quiçá, com o objectivo de satisfazer uma sociedade cada vez mais cristianizada e preocupada com a concretização das práticas cristãs. Mesmo a chegada de novas “gentes”, particularmente a partir do século V, incrementou o consumo destas lucernas, apenas epilogado com os invasores muçulmanos, no início do século VIII d.C.

Mas a importação da última grande série de lucernas romanas não foi imediatamente introduzida no ocidente hispânico. Esta área geográfica parece ter ignorado até determinado momento, o comércio lychnológico que era já praticado no Oriente da Península Ibérica. Os sítios daquela área parecem corroborar uma apreciável redução de produtos importados, o que terá fomentado o aparecimento de produções marginais, também inspiradas nos

últimos exemplares da série de disco, mas morfologicamente atípicas, que procuram satisfazer as necessidades locais/regionais.

As transformações a que as lucernas foram submetidas, sobretudo nos motivos representados, cumpriam com os “cânones” de uma sociedade também ela em transmutação. Coincidência, ou não, certo é que os produtos norte africanos acabariam por se impor um pouco por todo o território hispânico. Todavia, mesmo cumprindo com as exigências dos consumidores, o seu sucesso jamais se aproximaria sequer, do que as lucernas da série de volutas tiveram.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M.^a e CARVALHO, A. (2005) - *Villa Romana da Quinta das Longas* (Elvas, Portugal): a lixeira Baixo-Imperial. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1, 8, p. 299-368.
- BALIL, A. (1968) - Marcas de ceramista en lucernas romanas halladas en España. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid, p. 158-178.
- BALIL, A. (1969) – Estudios sobre lucernas romanas. *Studia Archaeologica* 2. Universidad Santiago de Compostela.
- BARRANTES, V. (1877) - Barros emeritenses. Estudio sobre los restos de cerámica romana que suelen hallarse en las ruinas de Mérida. Separata del *Museo Español de Antigüedades*, VII.
- BELCHIOR, C. (1969) - *Lucernas romanas de Conimbriga*. Coimbra, Museu Monográfico de Conimbriga.
- BERTRAND, E., DESBAT, A., ELAIGNE, S. e SCHMITT, A. (1997) - L'atelier de la Butte. *Gallia*. Paris. 54, p. 5-43.
- BLÁZQUEZ MÁRTINEZ, J. M. (1967) - Posible origen africano del Cristianismo español. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 40, p. 30-50.
- BONIFAY, M. (2004) - *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford, BAR Int. Series 1301.
- BONNET, J. (1988) – *Lampes céramiques signées*. Paris. La Maison des Sciences de l'Homme (Documents d'Archéologie Française, 13).
- CHIC GARCÍA, G. (2005) - Marco Aurelio y Cómodo. El hundimiento de un sistema económico. *Annaeus: anales de la tradición romanística*. 2, p. 45-66.
- DENEAUVE, J. (1969): *Lampes de Carthage*. Paris, Éditions du Centre national de la recherche scientifique.
- DEONNA, W. (1927) - L'ornementation des lamps romaines. *Révue Archéologique*. Paris. 26, p. 233-263.
- DRESSEL, H. (1899) - *Lucernae formae*, C.I.L. XV, Vol. II: 1.
- FABIÃO, C. (2004) - Arqueologia militar romana da Lusitânia: Textos e evidências materiais. In PÉREZ GONZÁLEZ, C. e ILLARREGUI GÓMEZ, E. (coords) - *Arqueología militar romana en Europa*. Santiago de Compostela, junta de Castilla y Leon, p. 53-74.
- FABIÃO, C. (2009) - A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no império romano? In *Lusitânia Romana – entre o mito e a realidade*. Cascais, Câmara Municipal, p. 53-74.
- FABIÃO, C. (2014) - Por este rio acima: conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 3, p. 9-24.
- FERNÁNDEZ UBIÑA, J. (1982) - *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo*. Madrid, Akal.
- FERNÁNDEZ UBIÑA, J. (2007) - Los orígenes del Cristianismo hispano. Algunas claves sociológicas. *Hispania Sacra*. LIX, p. 427-458.
- GAMITO, T. J. (1992) - Cemitério romano do século II/III – Faro, Rua das Alcaçarias. *Cominbriga*. 31, p. 99-118.
- GARCÍA VARGAS, E., GARCÍA FERNÁNDEZ, F., GARRIDO GONZÁLEZ, P., VÁZQUEZ PAZ, J., ESCUDERO CARRILLO, J. e HUNT ORTIZ, M. (2013) - El Bajo Guadalquivir durante la

- Antigüedad Tardía (siglos III-VII d. C.). Ensayo de una tipología de asentamientos. In SANZ SERRANO, R., HERNÁNDEZ de la FUENTE, D. e ÁLVAREZ JIMÉNEZ, D. (coords) - *El espejismo del bárbaro: Ciudadanos y extranjeros al final de la Antigüedad*. Universitat Jaume I, Servicio de Publicaciones, p. 329-389.
- GIUNTELLA, A., BORGHETTI, G. e STIAFFINI, D. (1985) - *Mensae e riti funerari in Sardegna: la testimonianza di Cornus*. Mediterraneo tardoantico e medievale, scavi e ricerche, 1. Taranto, Scorpione.
- HARRIS, W. (1980) - Roman Terracotta Lamps: The Organization of an Industry. *The Journal of Roman Studies*. 70, p. 126-145.
- KALB, F. e HOCK, M. (1988) - Moron. *Conimbriga*. 27, p. 189-201.
- LOBATO, M.^a (1995) - A necrópole romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia). *Portugalia*. XVI, nova série, p. 31-109.
- MARTÍN GONZÁLEZ, S. (2011) - From *villae* to *villulae*: settlement and social organization in Late Antique Hispanic countryside. In HERNÁNDEZ DE LA FUENTE, D. (ed.) - *New Perspectives on Late Antiquity*. Cambridge, Scholars Publishing, p. 173-187.
- MATEOS CRUZ, P. (2005) - Los orígenes de la cristianización urbana en Hispania. *VI Reunio d' Arqueologia Cristiana Hispanica. Les Ciutats Tardoantiques d'hispania: Cristianització y Topografia*. Monografies de la Secció Historico-Arqueologica. Barcelona. IX, p. 49-62.
- MORAIS, R. (2005) - *Autarcia e comércio em Bracara Augusta: contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
- MORILLO CERDÁN, A. (1999) - *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica*. Monographies Instrumentum 8/2. Montagnac, M. Mergoil.
- MORILLO CERDÁN, A. e RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (2008) - Lucernas hispanorromanas. In BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) - *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores. Cádiz, p. 291-312.
- MORILLO CERDÁN, A. e SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2010) - El aprovisionamiento del ejército romano en Hispania. Transporte, almacenaje y redistribución. In PALAO VICENTE, J. (coord.) - *Militares y civiles en la antigua Roma: dos mundos diferentes, dos mundos unidos*. Salamanca, Ediciones Universidad, p. 135-164.
- NOGUERA GUILLÉN, J. (2008) - Los inicios de la conquista romana de Iberia: los campamentos de campaña del curso inferior del río Ebro. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 81, p. 31-48.
- PEREIRA, C. (2012) - As Lucernas romanas de Ossoñoba. Um conjunto ambíguo. *Habis*. Sevilha. 43, p. 119-147.
- PEREIRA, C. (2014a) - *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*. Oxford, B.A.R. International Series, 2627.
- PEREIRA, C. (2014b) - *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no Extremo Sul da Lusitânia*. Dissertação em História, especialização em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor.
- PEREIRA, C. (2014c) - Reflexiones sobre el decaer del comercio de lucernas romanas en el Occidente peninsular. *Onoba, Revista de Arqueología y Antigüedad*, 2, p. 191-206.

- PEREIRA, C. (2015) - About the oldest known Christian buildings in the Extreme South of Lusitania: the case of Quinta de Marim (Olhão, Algarve, Portugal). *Archaeopress Digital*.
- PEREIRA, C. (2017) - Produção e comércio de lucernas durante a Antiguidade Tardia: génese e evolução das lucernas tardo-antigas de produção africana. *Ophiussa*. 1, p. 105-121.
- PEREIRA, C. e ARRUDA, A. (2016) - As lucernas romanas do Monte Molião, Lagos, Portugal. *SPAL*. Sevilha. 25, p. 149-181.
- PEREIRA, V., CAMEIJO, A. e MARQUES, A. (2015) - Contextos e materiais arqueológicos do sítio romano da Póvoa do Mileu (Guarda). QUARESMA, J. e MARQUES, J. (eds.) - *Contextos estratigráficos na Lusitânia (do Alto-Império à Antiguidade Tardia)*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 69-83.
- PIMENTA, J. (2005) - *As ânforas romanas do castelo de São Jorge (Lisboa)*. Trabalhos de Arqueologia, 41. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- PIMENTA, J. e ARRUDA, A. (2014) - Novos dados para o estudo de Chões de Alpompe (Santarém). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 21, p. 375-392.
- QUARESMA, J. (2013) - Cerâmicas finas e territorialidade no Baixo-Império e Antiguidade Tardia: o caso da *Ammaia* (São Salvador de Aramenha, Marvão). In BERNAL CASASOLA, D., JUAN TOVAR, L., BUSTAMANTE ALVAREZ, M., DÍAZ RODRÍGUEZ, J. e SÁEZ ROMERO, A. (eds.) - *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania*. Vol. 2. Cádiz, p. 227-236.
- RODRIGUEZ MARTIN, F. G. (1996) - *Materiales de un Alfar Emeritense: Paredes finas, Lucernas, Sigillatas y Terracotas*. Cuadernos emeritenses – 11. Mérida, Museo Nacional de Arte Romano.
- RUIVO, J. (1999) - Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Madrid, p. 101-110.
- SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2013) - El abastecimiento de grano a las ciudades hispanorromanas. Producción, almacenaje y gestión. *Archivo Español de Arqueología*. 86, p. 131-148.
- SAXER, V. (1989) - L'utilisation par la liturgie de l'espace urbain et suburbain: l'exemple de Rome dans l'Antiquité et le Haut Moyen Âge. *Actes du XIe congrès international d'archéologie chrétienne*. Rome, École Française de Rome, p. 917-1033.
- SEPÚLVEDA, E. e SOUSA, V. (2000) - *Lucernas romanas*. Catálogo. Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, Museu Municipal Leonel Trindade.
- ULBERT, T. (1984) - *Cáceres el Viejo: ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Deutsches Archäologisches Institut Madrid. Mainz, Zabern.
- VÁZQUEZ PAZ, J. (2012) - Producción de lucernas altoimperiales en *Hispalis*: el taller de la plaza de la Encarnación de Sevilla. BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) - *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Universidad de Cádiz, p. 419-434.
- WALTERS, H. B. (1914) - *Catalogue of the Greek and Roman lamps in the British Museum*. Londres